

**INTEGRAÇÃO, INCLUSÃO E CONSTRUÇÃO DE PROTAGONISMO SOCIAL:  
PRÁTICA EXITOSA DE EXTENSÃO DE DIREITO E DE PSICOLOGIA**

*INTEGRATION, INCLUSION, AND BUILDING SOCIAL LEADERSHIP: A  
SUCCESSFUL PRACTICE OF LAW AND PSYCHOLOGY OUTREACH*

*INTEGRACIÓN, INCLUSIÓN Y DESARROLLO DEL LIDERAZGO SOCIAL: UNA  
PRÁCTICA EXITOSA DE DIVULGACIÓN JURÍDICA Y PSICOLÓGICA.*

*INTÉGRATION, INCLUSION ET DÉVELOPPEMENT DU LEADERSHIP SOCIAL:  
UNE PRATIQUE RÉUSSIE DU DROIT ET DE LA SENSIBILISATION EN  
PSYCHOLOGIE*

Ozângela de Arruda Silva

Vitória Caroline da Silva Ximenes

Brenda Hellen Torquato Gomes

**RESUMO:** O presente trabalho relata uma experiência extensionista interdisciplinar que articula saberes do Direito e da Psicologia Social para promover a inclusão e o protagonismo social em diferentes ciclos da vida. A primeira frente da intervenção ocorreu em uma Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI) estadual, no âmbito da disciplina de Extensão em Direitos Humanos. Utilizando a arteterapia como ferramenta metodológica, realizou-se uma oficina de desenho com a temática "bem-estar do idoso", visando mitigar o isolamento social e fortalecer a autoestima e a expressão emocional dos residentes através da integração comunitária. A segunda frente, executada pelo Programa de Extensão Bons Vizinhos, concentrou-se no letramento jurídico de alunos do 9º ano em uma escola pública de Fortaleza. Por meio da ação "Meus direitos, Meus Deveres", buscou-se desmistificar o ordenamento jurídico, abordando o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Constituição Federal de 1988 em linguagem dialógica. Os resultados demonstram que, na ILPI, a arte facilitou o resgate da subjetividade e o fortalecimento de redes de apoio. No ambiente escolar, a intervenção fomentou o pensamento crítico e a percepção dos jovens como sujeitos ativos de direitos e deveres. Conclui-se que a simbiose entre o acolhimento psicológico e a educação jurídica é eficaz para a construção da cidadania plena, provando que a extensão universitária é um instrumento potente de transformação social e garantia da dignidade humana em contextos de vulnerabilidade.

**Palavras-chave:** Extensão Universitária, Direitos Humanos, Inclusão Social, Psicologia Social, Cidadania.

**ABSTRACT:** This study reports an interdisciplinary extension experience that coordinates Law and Social Psychology to promote inclusion and social protagonism at different stages of life. The first front of the intervention took place in a state Long-Term Care Institution for the Elderly (ILPI), within the scope of the Human Rights Extension discipline. Using art therapy as a methodological tool, a drawing workshop themed "elderly well-being" was conducted, aiming to mitigate social isolation and strengthen residents' self-esteem and emotional expression through community integration. The second front, carried out by the "Bons Vizinhos" Extension Program, focused on the legal literacy of 9th-grade students in a public school in Fortaleza. Through the "My Rights, My Duties" action, the goal was to demystify the legal system, addressing the Statute of the Child and Adolescent (ECA) and the 1988 Federal Constitution in a dialogical language.

Results show that, in the ILPI, art facilitated the recovery of subjectivity and the strengthening of support networks. In the school environment, the intervention fostered critical thinking and the perception of young people as active subjects of rights and duties. It is concluded that the symbiosis between psychological support and legal education is effective for building full citizenship, proving that university extension is a powerful instrument for social transformation and the guarantee of human dignity in vulnerable contexts.

**Keywords:** University Extension, Human Rights, Social Inclusion, Social Psychology, Citizenship.

**RESUMÉN:** El presente trabajo relata una experiencia extensionista interdisciplinaria que articula saberes del Derecho y de la Psicología Social para promover la inclusión y el protagonismo social en diferentes ciclos de la vida. El primer frente de la intervención ocurrió en una Institución de Larga Estancia para Ancianos (ILPI) estatal, en el marco de la asignatura de Extensión en Derechos Humanos. Utilizando la arteterapia como herramienta metodológica, se realizó un taller de dibujo con la temática "bienestar del anciano", con el fin de mitigar el aislamiento social y fortalecer la autoestima y la expresión emocional de los residentes a través de la integración comunitaria. El segundo frente, ejecutado por el Programa de Extensión "Bons Vizinhos", se centró en el alfabetismo jurídico de alumnos de 9º grado en una escuela pública de Fortaleza. A través de la acción "Mis Derechos, Mis Deberes", se buscó desmitificar el ordenamiento jurídico, abordando el Estatuto del Niño y del Adolescente (ECA) y la Constitución Federal de 1988 mediante un lenguaje dialógico. Los resultados demuestran que, en la ILPI, el arte facilitó el rescate de la subjetividad y el fortalecimiento de las redes de apoyo. En el ambiente escolar, la intervención fomentó el pensamiento crítico y la percepción de los jóvenes como sujetos activos de derechos y deberes. Se concluye que la simbiosis entre el acogimiento psicológico y la educación jurídica es eficaz para la construcción de la ciudadanía plena, demostrando que la extensión universitaria es un instrumento potente de transformación social y garantía de la dignidad humana en contextos de vulnerabilidad.

**Palabras clave:** Extensión universitaria, derechos humanos, inclusión social, psicología social, ciudadanía.

**RÉSUMÉ:** Ce travail relate une expérience d'extension interdisciplinaire articulant les savoirs du Droit et de la Psychologie Sociale afin de promouvoir l'inclusion et le protagonisme social à différentes étapes de la vie. Le premier volet de l'intervention s'est déroulé dans une Institution de Long Séjour pour Personnes Âgées (ILPI) de l'État, dans le cadre de la discipline d'Extension en Droits de l'Homme. En utilisant l'art-thérapie comme outil méthodologique, un atelier de dessin sur le thème du « bien-être des personnes âgées » a été réalisé, visant à atténuer l'isolement social et à renforcer l'estime de soi et l'expression émotionnelle des résidents par l'intégration communautaire. Le second volet, exécuté par le Programme d'Extension « Bons Vizinhos », s'est concentré sur la littératie juridique d'élèves de 3ème dans une école publique de Fortaleza. À travers l'action « Mes Droits, Mes Devoirs », l'objectif était de démystifier le système juridique, en abordant le Statut de l'Enfant et de l'Adolescent (ECA) et la Constitution Fédérale de 1988 dans un langage dialogique. Les résultats démontrent que, dans l'ILPI, l'art a facilité la restauration de la subjectivité et le renforcement des réseaux de soutien. En milieu scolaire, l'intervention a favorisé la pensée critique et la perception des jeunes en tant que sujets actifs de droits et de devoirs. En conclusion, la symbiose entre l'accueil psychologique et l'éducation juridique est efficace pour la construction d'une citoyenneté pleine, prouvant que l'extension universitaire est un instrument puissant de transformation sociale et de garantie de la dignité humaine dans des contextes de vulnérabilité.

**Mots-clés:** Extension universitaire, droits de l'homme, inclusion sociale, psychologie sociale, citoyenneté.

## 1 Introdução

A extensão universitária representa o pilar de conexão entre o rigor científico da academia e a realidade pulsante das comunidades. Mais do que uma simples prestação de serviços, ela se configura como uma via de mão dupla que oxigena o ensino e a pesquisa, permitindo que o estudante confronte a teoria com a complexidade da prática social e, simultaneamente, possibilitando que o conhecimento produzido na universidade seja constantemente reavaliado à luz das demandas sociais concretas.

Nesse contexto, a extensão assume papel formativo essencial, ao promover experiências que estimulam o pensamento crítico, a sensibilidade social e a responsabilidade cidadã, contribuindo para a formação de profissionais comprometidos com a transformação da realidade. O presente trabalho busca relatar e refletir sobre intervenções que utilizam essa simbiose de saberes para enfrentar vulnerabilidades em dois extremos do desenvolvimento humano: a juventude e a terceira idade.

No cenário contemporâneo, a garantia de direitos não pode ser dissociada da saúde mental e do bem-estar subjetivo. A complexidade das relações sociais, o envelhecimento populacional e os desafios enfrentados por crianças e adolescentes em contextos educacionais marcados por desigualdades evidenciam a necessidade de abordagens interdisciplinares. Nesse sentido, a articulação entre Psicologia e Direito mostra-se particularmente relevante, pois permite compreender o sujeito não apenas como titular de direitos, mas também como indivíduo inserido em uma rede de relações sociais, emocionais e institucionais. Assim, a promoção da cidadania ultrapassa a dimensão normativa e passa a incorporar práticas que valorizam a escuta, a participação e o fortalecimento de vínculos comunitários.

É sob essa premissa que as ações aqui descritas se estruturam. De um lado, a Psicologia Social atua no resgate da dignidade e da expressão emocional de idosos institucionalizados em uma Instituição de Longa Permanência (ILPI) em Fortaleza, utilizando a arte como ferramenta de mediação contra o isolamento social, a perda de autonomia e o enfraquecimento dos vínculos afetivos. As atividades propostas visam estimular a memória, a criatividade e a interação coletiva, favorecendo a valorização das trajetórias de vida e o reconhecimento do idoso como sujeito ativo, dotado de história, identidade e capacidade de expressão. Além disso, tais práticas contribuem para a humanização do cuidado institucional, promovendo ambientes mais acolhedores e sensíveis às necessidades emocionais dessa população.

De outro lado, o Direito assume seu papel pedagógico no ambiente escolar por meio do Programa de Extensão "Bons Vizinhos", promovendo o letramento jurídico e o protagonismo juvenil entre alunos do Ensino Fundamental. A proposta fundamenta-se na compreensão de que a educação em direitos constitui ferramenta essencial para o desenvolvimento da cidadania, ao possibilitar que crianças e adolescentes reconheçam seus direitos e deveres, compreendam a importância do respeito mútuo e desenvolvam habilidades de convivência democrática. As ações realizadas buscam aproximar o universo jurídico da realidade cotidiana dos estudantes, utilizando linguagem acessível e metodologias participativas, como dinâmicas em grupo, rodas de conversa e atividades práticas voltadas à resolução pacífica de conflitos.

A integração dessas experiências evidencia o potencial transformador da extensão universitária enquanto espaço de aprendizagem compartilhada. Ao mesmo tempo em que os estudantes extensionistas ampliam sua formação acadêmica e desenvolvem competências socioemocionais, as comunidades atendidas passam a ter acesso a práticas educativas e interventivas que fortalecem a autonomia e a consciência cidadã. Essa interação promove não apenas a difusão do conhecimento, mas também a construção coletiva de soluções, respeitando as especificidades culturais e sociais dos grupos envolvidos.

O objetivo deste relato é demonstrar como o diálogo entre as ciências jurídicas e psicológicas pode potencializar a construção da cidadania e a promoção da dignidade humana. Ao longo deste texto, detalhamos como a educação em direitos e as práticas

de integração comunitária convergem para um objetivo comum: a formação de uma sociedade mais consciente, inclusiva e capaz de reconhecer o valor da dignidade humana em todas as suas fases. Ao evidenciar os impactos das intervenções realizadas, pretende-se também reforçar a relevância da extensão universitária como instrumento de transformação social, capaz de articular ensino, pesquisa e compromisso ético com a realidade.

## 2 Psicologia social, integração e inclusão

Este trabalho foi desenvolvido na disciplina de Extensão de Direitos Humanos, sob a orientação da professora Ozângela Arruda, com o objetivo de promover a saúde e inclusão dos idosos em uma Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI) estadual.

A proposta de intervenção focou na utilização de práticas de psicologia social e integração comunitária para melhorar a qualidade de vida dos idosos residentes. A atividade principal consistiu em uma intervenção grupal com a temática "bem-estar do idoso", estimulando a expressão emocional e criativa por meio de desenhos, utilizando materiais como canetinhas, lápis de cor, folhas A4 e tinta guache.

A importância desse trabalho se dá pela necessidade de combater o isolamento social enfrentado por muitas instituições de longa permanência, que podem agravar problemas emocionais e de saúde mental nos idosos. A integração comunitária é essencial para promover o envelhecimento saudável e combater a solidão, criando um ambiente dinâmico e participativo, onde os idosos se sentem conectados e valorizados.

As atividades artísticas, como o desenho, foram escolhidas por seu potencial de facilitar a expressão de sentimentos e reflexões sobre o envelhecimento, ao mesmo tempo em que promovem o fortalecimento das relações interpessoais.

O trabalho teve como principais objetivos promover a integração social e comunitária dos idosos da ILPI, incentivando o diálogo, a troca de experiências e a participação ativa em atividades internas e externas. Além disso, buscou estimular a expressão emocional e criativa por meio da arte, usando o desenho como ferramenta para reflexão sobre o bem-estar e a saúde dos idosos. A intervenção foi semiestruturada, com uma única sessão em que os idosos participaram de uma atividade de convivência grupal. Cada idoso foi convidado a ilustrar sua percepção sobre o "bem-estar do idoso", utilizando os materiais disponibilizados para a criação.

A dinâmica do grupo visou promover a reflexão sobre os temas abordados nos desenhos, criando um ambiente de troca e construção coletiva de ideias sobre o envelhecimento, o cuidado e a qualidade de vida. O caráter inclusivo e comunitário da intervenção teve o objetivo de fortalecer o vínculo entre os idosos e a comunidade externa, ampliando as possibilidades de interação social. Os resultados obtidos durante a intervenção mostraram o impacto positivo da integração comunitária no bem-estar dos idosos.

O uso do desenho possibilitou a expressão das experiências, sentimentos e perspectivas dos idosos sobre o envelhecimento de maneira criativa e profunda. Além disso, a autoestima dos idosos foi fortalecida, pois se sentiram mais valorizados e ouvidos, tanto pelos profissionais de saúde quanto pelos outros residentes e pela comunidade externa, que participou das atividades.

A interação com grupos de jovens e voluntários ajudou a quebrar barreiras físicas e sociais, ampliando as oportunidades de participação dos idosos em atividades culturais

e sociais. O fortalecimento das redes de apoio social, com a participação ativa da comunidade, é fundamental para garantir que os idosos sejam respeitados e incluídos em todas as fases da vida.

### **3 Direito e protagonismo social: a construção da cidadania e o protagonismo social por meio do conhecimento dos direitos e deveres nas escolas**

O conhecimento dos direitos e deveres como cidadãos tem um papel essencial em sociedade a fim de que os indivíduos possam ter o entendimento do que lhes é assegurado pela Constituição Federal e pelos Códigos jurídicos.

Sendo possível o desenvolvimento do vínculo entre a teoria e a prática, como meio de uma mudança de perspectiva da área de atuação do Direito, como parte do cotidiano, e que deve ser construído esse reconhecimento desde a escola. Dessa forma, ao incluir e incentivar o conhecimento dos direitos e deveres dentro das escolas, proporciona a construção de pensamentos críticos e a protagonização do indivíduo na sociedade desde cedo.

Assim, a estrutura metodológica utilizada possui como principal objetivo trazer a reflexão crítica, o reconhecimento e a valorização da criança e do adolescente como cidadãos detentores de direitos e de deveres, estabelecidos em lei pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e conhecedores dos Direitos Humanos e Cidadania. Esta, planejada e executada pelo Programa de Extensão Bons Vizinhos por meio da ação "Meus direitos, Meus Deveres", realizada na Escola Parsifal Barroso com alunos do 9º ano.

Contribuindo para a formação de cidadãos ativos e capazes de participar de forma consciente e responsável da vida política e social. Assim como a construção e desenvolvimento do pensamento crítico-reflexivo diante da sociedade e da realidade social inseridos. Diante da ação realizada houve resultados positivos para essa iniciativa de levar o Direito para a sala de aula.

A partir da abordagem de uma linguagem apropriada e dinâmica para alunos do Ensino Fundamental II de uma escola pública de Fortaleza. Tal momento trouxe discussões sobre Cidadania, Direitos Humanos, os direitos e deveres amparados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e, o conhecimento dos Direitos Fundamentais garantidos pela Constituição Federal de 1988.

Durante a explanação, os alunos mostraram-se empolgados e curiosos para entender mais sobre como eles estão amparados e como a lei garante a proteção de seus direitos e debateram sobre a ideia de que eles possuem não apenas direitos, mas também deveres, como cidadãos.

Além de compreenderem o papel do Estado como ente que desempenha o papel de proteger e garantir que esses direitos e deveres sejam cumpridos de forma equânime e com legislações específicas para diferentes necessidades e grupos, como o Estatuto da Criança e do Adolescente.

### **4 Considerações finais**

As experiências extensionistas detalhadas neste trabalho ratificam a premissa de que a atuação profissional, seja no Direito ou na Psicologia, atinge sua plenitude quando

se volta à transformação da realidade social. A convergência desses campos permitiu uma abordagem holística do conceito de pertencimento, compreendido não apenas como inserção formal em determinado espaço social, mas como reconhecimento efetivo da dignidade, da voz e da participação ativa dos sujeitos envolvidos. Nesse sentido, as ações extensionistas ultrapassaram o caráter assistencialista, estruturando-se como práticas dialógicas que valorizaram a escuta e a construção compartilhada do conhecimento.

Nas intervenções realizadas na Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI), ficou evidente que a inclusão do idoso não se encerra na oferta de cuidados básicos, mas exige o reconhecimento de sua subjetividade, história de vida e necessidades emocionais. O uso do desenho como linguagem expressiva possibilitou que sentimentos muitas vezes silenciados pela rotina institucional ganhassem forma e significado, favorecendo a comunicação não verbal e a reconstrução de vínculos afetivos. Observou-se que a atividade artística funcionou como instrumento de mediação simbólica, permitindo aos participantes ressignificar memórias, compartilhar experiências e fortalecer o senso de identidade. Tal processo contribuiu para a elevação da autoestima e para a valorização do envelhecimento como fase produtiva da vida, reforçando a importância de práticas humanizadas no cuidado com a pessoa idosa.

Paralelamente, a ação desenvolvida na Escola Parsifal Barroso demonstrou que o Direito, quando despido de seu formalismo excessivo e traduzido para a realidade do adolescente, torna-se uma ferramenta efetiva de emancipação social. Ao compreenderem o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Constituição Federal como instrumentos concretos de proteção e garantia de direitos, os estudantes passaram a reconhecer sua posição como sujeitos ativos no ambiente escolar e comunitário. As atividades realizadas estimularam o debate, o pensamento crítico e a reflexão sobre situações cotidianas, favorecendo a internalização de valores como respeito, responsabilidade e convivência democrática. O entusiasmo e a curiosidade demonstrados em sala de aula evidenciaram que o letramento jurídico, quando conduzido de forma acessível e participativa, contribui significativamente para a formação de cidadãos conscientes e comprometidos com a transformação social.

A análise conjunta dessas experiências evidencia que a extensão universitária constitui espaço privilegiado para a integração entre teoria e prática, permitindo a construção de intervenções interdisciplinares voltadas à promoção da cidadania. Ao mesmo tempo em que os estudantes extensionistas ampliaram suas competências técnicas e socioemocionais, as comunidades atendidas foram beneficiadas com ações que estimularam autonomia, pertencimento e fortalecimento de vínculos sociais. Essa interação reafirma o papel da universidade como agente de transformação, capaz de produzir conhecimento socialmente referenciado e sensível às demandas locais.

Em conclusão, as práticas aqui apresentadas confirmam que a extensão universitária é instrumento potente para a mitigação de desigualdades e para o fortalecimento das redes de apoio comunitário. A integração entre o acolhimento psicológico e o esclarecimento jurídico não apenas cumpriu as metas acadêmicas, mas também produziu impactos concretos na realidade dos participantes, promovendo inclusão, valorização pessoal e consciência cidadã. Resta claro que o caminho para uma sociedade mais equânime passa, necessariamente, pela democratização do saber, pela atuação interdisciplinar e pela sensibilidade técnica orientada à justiça social e ao bem-estar humano.

## Referências Bibliográficas

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 24 mar. 2026.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm). Acesso em: 24 mar. 2026.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LANE, Silvia T. Maurer. **Psicologia social: o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

PAPALIA, Diane E.; FELDMAN, Ruth Duskin. **Desenvolvimento humano**. Porto Alegre: AMGH, 2013.

SAWAIA, Bader (org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Vozes, 2001.

STRECK, Lenio Luiz; MORAIS, Jose Luis Bolzan de. **Ciência política e teoria geral do Estado**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2014.

## Editorial

### Editor-chefe:

Vicente de Paulo Augusto de Oliveira Júnior  
Centro Universitário Fanor Wyden  
[vicente.augusto@wyden.edu.br](mailto:vicente.augusto@wyden.edu.br)

### Editor responsável:

Suely Alves Silva  
Centro Universitário Fanor Wyden  
[suely.silva@wyden.edu.br](mailto:suely.silva@wyden.edu.br)

### Autor(es):

Ozângela de Arruda Silva  
Centro Universitário Fanor Wyden  
[ozangela.silva@professores.unifanor.edu.br](mailto:ozangela.silva@professores.unifanor.edu.br)  
Contribuição: *Investigação, orientação, escrita e desenvolvimento do texto.*

Vitória Caroline da Silva Ximenes  
Centro Universitário Fanor Wyden  
[vitoriaximenes110@gmail.com](mailto:vitoriaximenes110@gmail.com)  
Contribuição: *Investigação, escrita e desenvolvimento do texto.*

Brenda Hellen Torquato Gomes  
Centro Universitário Fanor Wyden  
[bhellentorquato2@gmail.com](mailto:bhellentorquato2@gmail.com)  
Contribuição: *Investigação, escrita e desenvolvimento do texto.*

**Submetido em:** 04.03.2026

**Aprovado em:** 05.03.2026

**Publicado em:** 05.03.2026

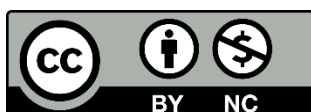
**DOI:** 10.5281/zenodo.19318550

**Financiamento:** N/A

### Como citar este trabalho:

SILVA, Ozângela de Arruda; XIMENES, Vitória Caroline da Silva; GOMES, Brenda Hellen Torquato. INTEGRAÇÃO, INCLUSÃO E CONSTRUÇÃO DE PROTAGONISMO SOCIAL: PRÁTICA EXITOSA DE EXTENSÃO DE DIREITO E DE PSICOLOGIA. **Revista de Educação à Distância**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 64–72, 2026. DOI: 10.5281/zenodo.19318550. Disponível em: <https://wyden.periodicoscientificos.com.br/index.php/READ/article/view/1326>. Acesso em: 29 mar. 2026. (ABNT)

Silva, O. A., Ximenes, V. C. S., & Gomes, B. H. T. (2026). Integração, inclusão e construção de protagonismo social: Prática exitosa de extensão de direito e de psicologia. *Revista de Educação à Distância*, 2(1), 64–72. <https://doi.org/10.5281/zenodo.19318550> (APA)



© 2026 Revista de Educação à Distância. Centro Universitário Fanor Wyden – UniFanor Wyden. Este trabalho está licenciado sob uma licença *Creative Commons* Atribuição - Não comercial - Compartilhar 4.0 Internacional CC-BY NC 4.0 Internacional).